

Pais questionam ensino de conteúdo sobre gênero e sexualidade

Mais de 125 responsáveis por alunos do Colégio Santo Agostinho querem proibir conteúdo em aula



Fonte: **O Tempo**

Mais de 125 pais de alunos do Colégio Santo Agostinho, que possui unidades em Belo Horizonte e região metropolitana, produziram uma notificação extrajudicial exigindo que conteúdos relacionados a gênero e sexualidade sejam proibidos em sala de aula. O principal argumento dos tutores é de que a discussão de temas como homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, contracepção, prostituição, masturbação e aborto – chamados coletivamente de ideologia de gênero no documento – pode trazer experiências “comprovadamente trágicas” aos 8.500 estudantes do colégio. O texto afirma ainda que questões de sexualidade têm sido recorrentes, principalmente em aulas de ciências e de ensino religioso.

O documento foi produzido no último dia 2 e entregue na manhã dessa segunda-feira (10) à Sociedade Inteligência e Coração (SIC), que é mantenedora das três unidades do Colégio Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima. A notificação foi direcionada ao presidente da entidade, frei Pablo Gabriel Lopes Blanco, e aos três diretores: Clóvis Oliveira (unidade BH), Aleluia Heringer Lisboa Teixeira (Contagem) e Lorena Macedo (Nova Lima). Uma mãe de um estudante do 7º ano da unidade de Contagem, e que assinou a notificação, contou que a preocupação surgiu quando foi ajudar o filho, de 12 anos, a fazer uma tarefa de

ciências em casa. Segundo ela, diante de um exercício que abordava os sistemas genitais masculino e feminino, o rapaz demonstrou achar “normal” que uma pessoa, em dado momento da vida, trocasse de sexo. “Eu me assustei. É claro que nós não somos preconceituosos. Na minha casa, nós ensinamos todos os dias aos nossos filhos que respeitem o outro. Agora, achar normal que alguém troque de sexo? Meu filho não tem que concordar com isso”, afirmou a mãe, que pediu para não ser identificada.

Maturidade. Um professor da instituição, que terá sua identidade preservada, explicou que os temas são, de fato, recorrentes em algumas aulas, mas que a abordagem é necessária e está adequada para a maturidade dos alunos. “Nós não embutimos uma filosofia na ideia das crianças e dos adolescentes a nosso bel prazer. Nossa missão é combater o preconceito. Para isso, o estudante tem que entender que existem realidades diferentes da dele na sociedade”, afirmou.

Em nota, o Colégio Santo Agostinho informou que, em abril e maio deste ano, recebeu duas cartas de teor semelhante à referida notificação extrajudicial. Na avaliação da escola, a conversa está aberta. “Cada pai ou mãe, sempre que se sentir em dúvida sobre o fazer pedagógico, encontrará acolhimento e abertura para o diálogo franco e aberto”, disse, Pauta. Para o Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep- MG), o assunto tem que ser pauta nas salas de aula, mas o colégio deveria ter apresentado a abordagem aos pais.

Saiba mais

Nacional. Segundo o Ministério da Educação, o documento da Base Nacional Comum Curricular preserva e garante como pressupostos o respeito, a abertura à pluralidade e a valorização da diversidade de indivíduos, além de ir contra o preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza.

Estado. Segundo a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a temática de gênero e diversidade é trabalhada visando a “superação das desigualdades educacionais e erradicação de todas as formas de discriminação”.

Município. O Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte faz menção a “diversidade”, mas não a palavra “gênero”. A palavra foi substituída para outra que abordasse “uma ótica de

respeito à diversidade e diferença entre os sujeitos e suas mais variadas formas”, segundo a Secretaria Municipal de Educação.

Leia íntegra de nota do Colégio Santo Agostinho

Carta aberta à Comunidade Agostiniana

A Sociedade Inteligência e Coração (SIC), mantenedora do Colégio Santo Agostinho (unidades Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima), recebeu uma notificação extrajudicial hoje, dia 10/07/17, contendo 128 nomes, questionando a abordagem de alguns temas adotados pela escola. Consideramos importante apresentar esclarecimentos.

O Colégio Santo Agostinho é responsável pela educação de cerca de 8 mil alunos de diferentes realidades e crenças. Nosso projeto pedagógico, fundamentado nos princípios cristãos, católicos e agostinianos, contempla a sociedade pluralista em que vivemos, abordando, de forma dialogal e respeitosa, os desafios do mundo contemporâneo. Primamos pelo respeito à liberdade e apreço à tolerância, orientações fundamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 3º da Lei 9.394).

A escola é um espaço coletivo construído pela relação entre as pessoas, no qual todos os indivíduos devem ser respeitados em sua singularidade. Essa pluralidade pode e deve coexistir em harmonia.

Com uma trajetória de 83 anos em Minas Gerais, amparado pela tradição de sete séculos da Ordem de Santo Agostinho, o Colégio ressalta sua sintonia com o magistério do Papa Francisco, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho e as orientações pastorais da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Sendo assim, continuaremos seguros em nossa missão de criar condições para que os alunos possam protagonizar sua própria formação integral (integrada, crítica e criativa), com autonomia e responsabilidade. Para tal, contamos com uma equipe de professores altamente qualificados.

Repudiamos o uso de interpretações equivocadas por aqueles que têm como objetivo distorcer nosso projeto pedagógico.

Reafirmamos o nosso compromisso educacional pautado nos valores agostinianos:

solidariedade, fraternidade, amizade, subsidiariedade e justiça.

Agradecemos aos 11 mil pais e responsáveis que dividem a formação de seus filhos conosco.

Atenciosamente,

Sociedade Inteligência e Coração - SIC

Mantenedora do Colégio Santo Agostinho

Discussão

Tolerância deve ser parte do debate

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marlise Matos rebateu as afirmações de que discussões sobre sexualidade possam ser classificadas como ideologia. “É uma forma pejorativa de tratar o assunto. A nossa sociedade é marcada por várias desigualdades, que geram tipos de discriminação. Uma escola aberta, plural e democrática deve buscar ir contra isso, fazendo um debate democrático sobre a realidade”, explicou.

Mãe de uma aluna de cinco anos da unidade BH, a diretora de marketing Renata Zarnovisk defendeu a discussão em sala de aula. “O mundo está mudando e nós temos que acompanhar isso. Precisamos criar uma geração de indivíduos tolerantes e, quando inibimos a escola de falar de temas como sexo e homossexualidade, fazemos com que essa geração encare os mesmos tabus que adultos frustrados encararam 20 anos atrás”, afirmou.